

RECURSO ESPECIAL Nº 1.606.710 - SP (2016/0154574-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : LUCIANO DA COSTA PILAO
ADVOGADO : RICARDO AMIN ABRAHÃO NACLE E OUTRO(S) - SP173066
RECORRIDO : EMPREITEIRA PILAR & SANCHES LTDA
ADVOGADO : OSWALDO RODRIGUES E OUTRO(S) - SP022909
RECORRIDO : IRMÃOS COSTA S/A
ADVOGADO : NEWTON BORALI E OUTRO(S) - SP053466

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto pelo **LUCIANO DA COSTA PILÃO**, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 292, e-STJ):

EMBARGOS À ARREMATACÃO FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS PELO FILHO DO EXECUTADO NA DEFESA DO BEM IMÓVEL NO QUAL RESIDE A FAMÍLIA ILEGITIMIDADE AD CAUSAM RECONHECIMENTO - RECURSO NÃO PROVIDO

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 303/307, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial, o Recorrente aponta ofensa aos artigos 165, 458, II, 472, 535, II, 515, §1º e 2º do CPC/73. Sustenta, em síntese: **(i)** restou caracterizada negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem não se manifestou sobre o pedido subsidiário de recebimento da peça apresentada como embargos de terceiros, bem como não apreciou a aplicação do dispositivo 472, do CPC/73; e **(ii)** os efeitos preclusivos da decisão proferida nos embargos à execução não podem atingir terceiros.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 329/335, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fl. 336, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece prosperar**.

1. Inicialmente, verifica-se que a apontada violação dos arts. 165, 458, II, 535, II, do CPC/73 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca da ilegitimidade do recorrente para propor embargos à arrematação, tendo em vista que o imóvel não lhe pertence. É, aliás, o que se observa dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fl. 293, e-STJ):

"O filho dos executados não detêm legitimidade para questionar, em sede de embargos à arrematação, a penhora incidente sobre o bem imóvel penhorado, no qual reside juntamente com os seus pais, verdadeiros senhores e possuidores do bem."

Vale registrar que a tese de cabimento de embargos de terceiros foi afastada pelo Juízo de piso, **ante o transcurso do prazo para sua apresentação**, pois já expedida carta de arrematação, inclusive com a averbação da alienação junto à matrícula do bem (fl. 205, e-STJ), entendimento este que encontra respaldo na jurisprudência desta Corte de Justiça.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA VIA BACENJUD. EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO. ART. 1.048 DO CPC/1973. TEMPESTIVIDADE. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Nos termos do art. 1.048 do CPC/1973, os embargos devem ser opostos "até 5 (cinco) dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta".

2. "Em hipótese de utilização do sistema BACEN-JUD, considera-se realizada a penhora no momento em que se dá a apreensão do dinheiro depositado ou aplicado em instituições financeiras, mas a alienação somente ocorre com a colocação do dinheiro à disposição do credor, o que acontece com a autorização de expedição de alvará ou de mandado de levantamento em seu favor, devendo este ser o termo ad quem do prazo de 5 (cinco) dias para apresentação dos embargos de terceiro" (REsp 1.298.780/ES, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/3/2015, DJe 27/3/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1134118/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019)

Portanto, consoante a jurisprudência desta Casa, o julgador não está compelido a analisar todos os argumentos invocados no recurso quando tenha encontrado fundamentação satisfatória para dirimir integralmente o litígio.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE QUESTÃO RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N.282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta aos arts. 165, 458, II, e 535, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido apresenta fundamentos suficientes para embasar a decisão, enfrentando todas as questões pertinentes para a solução da lide e manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

(...)

(PET no AREsp 489.892/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

2. No que respeita à afronta do disposto no artigo 515, §§ 1º e 2º, do CPC/73, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

3. Por fim, quanto à alegação de que a constrição judicial sobre o imóvel no qual reside com seus pais não poderia atingi-lo, sem razão o recorrente.

Isso porque, consoante entendimento desta Corte, os efeitos da sentença - que não se confundem com a coisa julgada e seus limites subjetivos - podem atingir aqueles que não figuraram como parte na relação jurídica processual, como é o caso dos autos.

Confirmam-se:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DE FAMÍLIA. SENTENÇA QUE RECONHECEU VÍNCULO ENTRE PAI E FILHO. EFEITOS ERGA OMNES. RELAÇÃO AVOENGA. CONSEQUÊNCIA JURÍDICA DA DECISÃO. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL PROPOSTA PELO AVÔ CONTRA O NETO. PRETENSÃO DE AFASTAR A RELAÇÃO DE PARENTESCO SOB O EXCLUSIVO FUNDAMENTO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO BIOLÓGICO. INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA.

1. Os efeitos da sentença, que não se confundem com a coisa julgada e seus limites subjetivos, irradiam-se com eficácia erga omnes, atingindo mesmo aqueles que não figuraram como parte na relação jurídica processual.

2. Reconhecida, por decisão de mérito transitada em julgado, a relação de parentesco entre pai e filho, a consecutiva relação avoenga (vínculo secundário) é efeito jurídico dessa decisão (CC/2002, art. 1.591), afigurando-se inadequada a ação declaratória incidental para a desconstituição do vínculo primário, sob o exclusivo argumento de inexistência de liame biológico.

3. Recurso especial não provido.

(REsp 1331815/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 01/08/2016)

RECURSO ESPECIAL. PROPRIEDADE INTELECTUAL. DIREITOS AUTORAIS. SONORIZAÇÃO AMBIENTAL. DECISÃO JUDICIAL DEFINITIVA QUE DISPENSOU OS CLIENTES/ASSINANTES DA RÁDIO IMPRENSA S/A DO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO AUTURAL. COISA JULGADA. LIMITES SUBJETIVOS. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. IRRADIAÇÃO DE EFEITOS DE DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO SOBRE TERCEIROS. POSSIBILIDADE.

1. Ação ajuizada em 29/11/2004. Recurso especial interposto em 29/7/2014 e concluso ao Gabinete em 25/8/2016.

2. O propósito recursal é definir se o acórdão recorrido violou os limites subjetivos da coisa julgada e, subsidiariamente, se a utilização de sonorização ambiental no estabelecimento da recorrida enseja o pagamento de direitos autorais.

3. Segundo disposto no art. 472 do CPC/73, a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros.

4. Em determinadas circunstâncias, todavia, diante da posição do terceiro na relação de direito material, bem como pela natureza desta, a coisa julgada pode atingir quem não foi parte no processo.

Precedente.

5. Os limites subjetivos da coisa julgada - os quais se destinam a definir quais sujeitos estão impedidos de discutir novamente provimentos judiciais definitivos - não se confundem com os efeitos legítimos que a sentença pode irradiar sobre terceiros que, embora não figurem como sujeitos ativos ou passivos da relação jurídico-substancial versada no litígio, são titulares de relações jurídicas que com ela se relacionam ou que dela dependam. Doutrina.

6. No particular, houve julgamento definitivo: (i) reconhecendo que a atividade desenvolvida pela litisdenunciada estende-se desde a geração da música até a efetiva propagação da sonorização ambiental nos estabelecimentos de seus clientes/assinantes; e (ii) dispensando esses clientes/assinantes de obterem licença especial ou de pagarem quaisquer taxas diretamente ao ECAD.

7. A relação jurídica material estabelecida entre a litisdenunciada e a recorrida (prestação de serviços de sonorização ambiental), possui conexão incidível com aquela a respeito da qual houve pronunciamento jurisdicional transitado em julgado (ECAD x RÁDIO IMPRENSA S/A).

8. O benefício auferido pela recorrida, consistente na dispensa de pagamento de direitos autorais diretamente ao ECAD, constitui efeito legítimo de decisão judicial imutável, não havendo que se falar em extensão indevida dos limites subjetivos da coisa julgada.

RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

(REsp 1763920/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 18/10/2018)

Portanto, estando o acórdão em consonância com o entendimento desta Corte, aplicável o óbice da súmula 83/STJ.

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15, observada a gratuidade de justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

